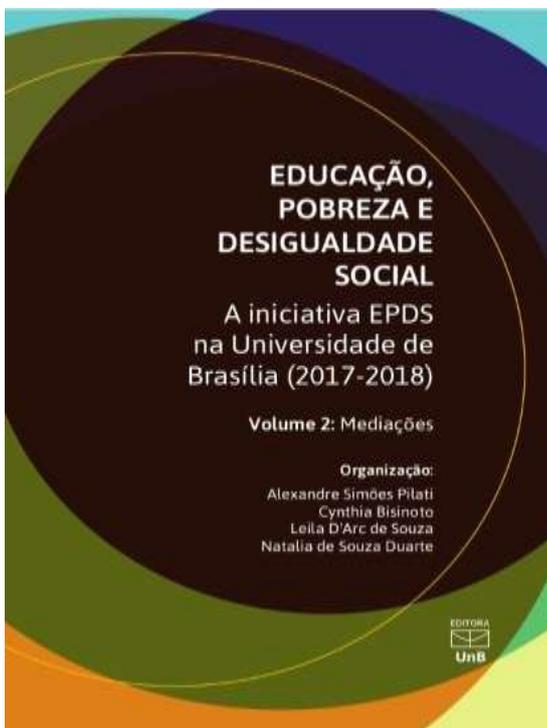


## Educação, pobreza e desigualdade social: a iniciativa EPDS na Universidade de Brasília (2017 – 2018) – Volume 2: mediações

*Education, poverty and social inequality: an indicative EPDS from the University of Brasilia (2017 - 2018) - Volume 2: mediations*

**Talita PRADA\***

 <https://orcid.org/0000-0002-7093-9342>



### RESENHA/ BOOK REVIEW

PILATI, Alexandre Simões; BISINOTO, Cynthia; SOUZA, Leila D' Arc de; DUARTE, Natalia de Souza. **Educação, pobreza e desigualdade social: a iniciativa EPDS na Universidade de Brasília (2017-2018)** [recurso eletrônico]. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020. 2 v. Mediações. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39609/1/LIVRO\\_EducacaoPobrezaDesigualdade Social.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39609/1/LIVRO_EducacaoPobrezaDesigualdadeSocial.pdf).

---

\* Assistente social. Mestra em Política Social. Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – *Campus Porto Seguro*. (IFCTB, Porto Seguro, Brasil). Rod. BR 367, R. José Fontana, n. 1, Porto Seguro (BA), CEP.: 45810-000. E-mail: [talitaprada@yahoo.com.br](mailto:talitaprada@yahoo.com.br).



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**E**m continuidade à obra, o volume II compartilha resultados de PIs implementados em diferentes comunidades no DF e regiões vizinhas e as reflexões neles empreendidos. Dividido em 11 capítulos, a obra sistematiza análises de diferentes experiências reflexos da práxis possibilitada pelo curso, com o aprofundamento de questões que perpassam a relação EPDS, tais como: invisibilidade e naturalização da pobreza, meritocracia, preconceitos, machismo, racismo e as respectivas possibilidades de superação.

No capítulo 1, **A percepção dos docentes e das estudantes beneficiárias do PBF acerca dos fenômenos da pobreza e desigualdade social no IFG/Águas Lindas: relação teoria e prática no âmbito do curso EPDS/UNB**, Brito, Monteiro e Marques debatem a percepção dos docentes de um Instituto Federal (IF) sobre a pobreza e desigualdade social com o pressuposto de que esse trabalho é fundamental para romper com a reprodução e reiteração das desigualdades econômicas, sociais e políticas que impactam em violência e autoritarismo cultural e social. O PBF foi visto como não direito, estigmatizando as pessoas atendidas por ele e o deslegitimando, essa perspectiva revela a urgência na formação continuada dessa comunidade para reduzir a invisibilidade e a visão moralista da pobreza.

No capítulo, **Escrita criativa à moda Frida**, Marques e Souza discorrem sobre gênero, pobreza, desigualdades e violências contra as mulheres, dando luz a questões como o trabalho reprodutivo, que gera condições de existência e sobrevivência e a atualização do feminismo na perspectiva da mulher pobre, para fortalecer os vínculos institucionais; visibilizar e valorizar as histórias de vida, a partir do registro e ressignificação por meio da escrita criativa e da arte, refletindo os aspectos sociais que levam à agressão, ressignificando as experiências violentas e visibilizando as vivências femininas.

No capítulo 3, **(Socio)educação, pobreza e desigualdade social**, Evangelista apresenta o perfil do adolescente autor de ato infracional no Brasil, desejos, relação com a violência, expectativa com a escola e chama a atenção pelo fato de muitas pesquisas reduzirem a pobreza a renda, sendo fundamental articula-la a inúmeras outras questões como: a moradia, região geográfica, classe social, gênero, etnia, organização social, grau de engajamento, injustiças, maus-tratos, entre outras, evidenciando múltiplas exclusões que corroboram à situação de autor de ato infracional.

Seguindo no debate, o capítulo 4 **Juventude e pobreza: consciência crítica sobre os mitos e a realidade do PBF**, Aguiar e Dias analisam a percepção de grupos juvenis, marcados pela exclusão e estabelecidos em territórios que apresentam graves privações sociais, sobre suas condições objetivas e de como a escola contribui para que esta percepção seja crítica ou não. Apesar de enxergarem a escola como uma preparação para o ensino superior, como forma de alteração da realidade, para eles essa mudança é distante, e o fato dos currículos escolares não considerarem suas vivências reais, agrava a situação, não oportunizando-a como espaço de reflexão crítica e transformação sobre as condições sociais e objetivas em que estão inseridos.

No capítulo 5, **Correlações entre cidadania, pobreza, educação e pessoas com deficiência**, Gonçalves, Oliveira e Santos discorrem sobre a correlação entre diferentes deficiências, cidadania, pobreza e educação, sendo a pobreza um importante indicativo de não acesso aos direitos sociais básicos e ao exercício da cidadania. A análise se baseia no

modelo social, que reconhece as pessoas com deficiência como titulares de direitos e dignidade humana, exigindo um papel ativo do Estado, da sociedade, e das próprias pessoas com deficiência. Isso implica em superar a percepção da deficiência equivalente à incapacidade e à doença para compreendê-la e valorizá-la pela igualdade, autonomia e não-discriminação.

No capítulo 6, **Um olhar sobre as desigualdades sociais: intervenção junto às juventudes de periferia do Distrito Federal**, Gomes visa estimular um comportamento mais crítico e assertivo, em adolescentes de 15 a 18 anos, em oposição à inércia e omissão que naturaliza situações de violação de direitos, que envolvem opressão e subjugação para realizar uma intervenção social planejada, com desafios, estímulos e orientação na construção e reconstrução de suas histórias e vivências debatendo como essas questões inter cruzam e impactam suas histórias.

No capítulo **A pobreza e suas implicações no deslocamento interurbano diário de escolares**, Maia e Selem refletem sobre a territorialização e a educação no DF e indagam: Por que a maioria dos alunos apesar de residirem em outras Regiões Administrativas do DF ou de Goiás, estavam matriculados em uma escola da Asa Norte, bairro de Brasília? Elas adentram em apreender as dificuldades impostas a essa escolarização pela distância de casa e suas implicações nas vivências infantis, particularmente, em relação ao seu próprio território.

Seguindo a temática sobre territórios, o capítulo **Identidade periférica**, Lopes e Pereira discutem educação, pobreza e territorialização e buscaram, por meio do PI, identificar o perfil dos/as moradores/as da cidade sob a perspectiva de uma identidade periférica, resultando em boletins, saraus e um curta metragem. As autoras perpassam os impactos da pobreza e desigualdades nos territórios periféricos com a compreensão que a percepção do sujeito periférico para a ação política e a sensibilização para a percepção do espaço denominado periferia é imprescindível para a valorização do território, da identidade e de uma intervenção política e coletiva para a transformação da realidade vivida.

Já no capítulo **O impacto da pobreza na precarização do trabalho docente**, Ayan analisa se precarização do trabalho docente tem como causa, dentre outras, a pobreza da comunidade em que a escola está inserida e faz um resgate histórico sobre o trabalho docente e sua perspectiva a partir das constituições brasileiras pontuando características de cada época. Tem como pressuposto que o aumento da pobreza da população da Cidade Estrutural afeta diretamente o trabalho docente nas escolas da região.

No capítulo 10, **Participação da criança beneficiária do PBF nas atividades escolares: uma análise para além da sala e da aula**, Atta investiga a participação de estudantes beneficiários do PBF em atividades pedagógicas que ocorrem dentro e fora da sala de aula como atividades culturais, espaços de debate e a participação de familiares em conselhos e reuniões e verifica se houve situações de exclusão ou limitação de direitos. Destaca-se a pequena participação destes estudantes em algumas atividades, dada as condições de pobreza, o que limita a interação, o crescimento mútuo, impossibilita a gestão democrática e transforma o estudante em objeto e não sujeito da sua história.

O último capítulo, **Desenvolvimento humano, pobreza e desigualdade social na infância e adolescência**, Nascimento analisa o desenvolvimento humano na infância e adolescência, os direitos intrínsecos a essa condição e a importância de sua regulamentação, tendo em vista que a pobreza e as condições de privação de direitos, discriminação, preconceito, desigualdades, atraso nos processos de ensino e aprendizagem e silenciamento impactam esse público. A autora perpassa a discussão sobre pobreza e desigualdade no Brasil, os impactos na educação concluindo com propostas para intervir nessa realidade.

Por fim, a obra apresenta a riqueza da diversidade como um de seus destaques, imprescindíveis a nós, profissionais de educação, nas mais diversas áreas, tendo em vista as reflexões, práticas e aprofundamento teórico nela inclusos, que auxilia na problematização dos nossos espaços de trabalho e nosso fazer profissional em busca de melhoria da qualidade da educação pública à todos estudantes, independente de qualquer particularidade, que os torna únicos. Soma-se a essas reflexões a urgência da valorização dos sujeitos e respeito as suas individualidades, articulada um exercício profissional antirracista, anticapacitista, antimachista, antisexistista, não LGBTQIA+fóbico, antimeritocrático e não moralista onde a pobreza e as desigualdades sociais são combatidas, articuladas com a oferta de serviços públicos com infraestrutura adequada, recursos públicos, profissionais capacitados e valorizados, acessibilidade e qualidade, sem qualquer forma de discriminação, tendo em vista que elas são estruturais e não de responsabilização individual.